

A eterna luta pelo poder de erguer e tombar estátuas: a queima do Borba Gato¹

The eternal struggle for the power to raise and tear down statues: the burning of Borba Gato

Marcelo Lopes² (marcelo.pncg@gmail.com)

Resumo: Neste artigo abordo o caso da queima da estátua de Borba Gato, na cidade de São Paulo, realizada pelo coletivo *Revolução Periférica*, em 2021, no contexto do aumento dos eventos de contestação a monumentos em homenagem a sujeitos do colonialismo moderno a partir das manifestações iniciadas nos Estados Unidos da América, que se espalharam por diversos países, e ficaram conhecidas como *Black Lives Matter* (BLM). A análise inicia-se com uma incursão histórica sobre o papel simbólico de estátuas dedicadas a homenagear lideranças políticas, tanto no seu erguer quanto no seu “tombar”. Em seguida avalio a influência dos atos BLM sobre os questionamentos de vários monumentos ligados ao colonialismo europeu. Por fim, analiso o caso Borba Gato, com o objetivo de compreender o seu papel no debate brasileiro sobre a ressignificação dos monumentos expostos em espaços públicos.

Palavras-chave: Estátuas; Colonialismo; Borba Gato; Revolução Periférica.

Abstract: In this article, I approach the case of the burning of the statue of Borba Gato, in the city of São Paulo, carried out by the collective *Desafio Periférica*, on 2021, in the context of the increase of protests against monuments in honor of individuals of modern colonialism from the demonstrations that began in the United States of America, which spread to several countries, and became known as *Black Lives Matter* (BLM). The analysis begins with a historical incursion into the symbolic role of statues dedicated to honoring political leaders, both in their rise and in their “fall”. Then I evaluate the influence of the BLM acts on the questioning of several monuments linked to European

¹ O uso e reprodução das imagens neste ensaio estão autorizados e são de responsabilidade exclusiva do autor.

² Analista ambiental do ICMBio. Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal do Mato Grosso. Especialista em Estado e Direito de Povos e Comunidades Tradicionais pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Biodiversidade em Unidades de Conservação pela Escola Nacional de Botânica Tropical. Doutorando em Pós-Colonialismos e Cidadania Global pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

colonialism. Finally, I analyze the Borba Gato case, in order to understand its role in the Brazilian debate on the resignification of statues displayed on public spaces.

Keywords: Statues; Colonialism; Borba Gato; Peripheral revolution.

“Bandeirantes, Anhanguera, Raposo, Castelo
São heróis ou algoz? Vai ver o que eles fizeram
Botar o nome desses cara nas estrada é cruel
É o mesmo que Rodovia Hitler em Israel.”
(INQUÉRITO, 2014)

“A dor dos judeus choca, a nossa gera
piada.” (EMICIDA, 2013)

Introdução

Antes de iniciarmos a análise que nos levará às interpretações possíveis sobre o processo histórico do eterno erguer e tombar de estátuas, convido os leitores deste artigo a refletir sobre os objetos de memória escolhidos para serem expostos nos nossos ambientes domésticos e profissionais. Sabemos que este é um traço comum às mais diversas sociedades humanas: a exposição de objetos de memória afetiva — sejam eles culturais, familiares ou religiosos — em lugares específicos dos ambientes de convivência social ou individuais. Para ajudar os leitores nesse mergulho reflexivo irei contribuir com alguns exemplos da minha própria reflexão sobre o tema: fecho os olhos e imagino porta-retratos, murais de fotografias, quadros fotográficos [...] E quais imagens eles portam? Casais e crianças sorridentes; momentos de férias em algum cenário de beleza cênica; festas em família e entre amigos; antigos retratos pintados de casais de avós. Muitas vezes, os objetos expostos nos ambientes domésticos não se restringem a fotografias pessoais, mas podem ser: pequenas esculturas e pinturas de imagens religiosas (Oxalá, Cristo, Buda ou a Crescente); símbolos de representações culturais (viola de cocho ou bandeiras do Corinthians, do Wiphala ou do Arco-íris) e ideológicas (a foice e o martelo sobre o manto encarnado ou Tio Sam dedo em riste lhe encarando).

Nos ambientes profissionais modernos tais objetos de memória também se fazem presentes. Novamente compartilho com os leitores meus exemplos para estimular uma reflexão própria. Atuo profissionalmente como analista ambiental nas áreas protegidas

federais brasileiras desde 2009, e quando busco resgatar nas minhas recordações as imagens e símbolos dispostos nos ambientes de trabalho pelos quais passei, consigo rever: fotografias de animais selvagens (onças, pássaros, peixes e baleias); cenários naturais (florestas, manguezais, formações geológicas e oceanos); pinturas retratando povos e comunidades tradicionais; mapas e banners de pesquisas sobre a biodiversidade. Imagino que professoras, mecânicos, assistentes sociais, padeiras e enfermeiros vivenciem espaços de trabalho adornados por objetos de memória semelhantes em intenções, mas distintos em formas físicas e conteúdos simbólicos (Gutierrez, 2016). Bom, pode ser que nesse momento alguns leitores estejam pensando qual o objetivo desse devaneio; outros, mais atentos, já devem ter associado a divagação introdutória ao título e resumo deste artigo. Mas o fato é que estou a preparar, colaborativamente, o terreno racional e afetivo sobre o qual se dará a análise sobre a legitimidade das estátuas escolhidas para serem expostas nos espaços públicos — como objetos de memória coletiva que são.

Antes de avançarmos é preciso esclarecer um aspecto importante à argumentação. Ao comparar a exposição desses objetos em lugares públicos e privados, não estou a confundir e a tratar indiscriminadamente tais ambientes — que indubitavelmente possuem dinâmicas sociais próprias e incomparáveis entre si. No entanto, parto do pressuposto de que os afetos humanos são os mesmos, por onde quer que transitem as pessoas, e é a relação entre esses afetos e os objetos de memória que irei perscrutar. Isto posto, proponho um exercício de comparações deliberadamente absurdas formuladas com o objetivo de estressar interpretações e visibilizar afetos.

Questiono. Ao levar em conta a reflexão que fizemos até aqui, algum de nós poderia conceber que nossos ambientes de convivência social fossem dominados por objetos de memória que nos recordassem cotidianamente eventuais assassinatos, abusos sexuais, roubos, agressões físicas e ofensas sofridas, por nós ou pessoas queridas? Poderia imaginar um sujeito politicamente conservador ou progressista pendurar bandeiras da suástica na sala de estar? Poderia ser ele um sobrevivente de Auschwitz, talvez? Seria plausível imaginar alguma militante de esquerda, no passado torturada e estuprada pelos agentes de Estado durante a ditadura militar no Brasil, enfileirar porta-retratos de Carlos Alberto Brilhante Ustra na mesa de cabeceira? E quanto ao ambiente de trabalho, seria possível imaginar escritórios de parques nacionais enfeitados com miniaturas de motosserras, tratores de esteira e galões de agrotóxico? Murais ou banners a expor imagens e pesquisas sobre a monocultura de soja? Quem

sabe as paredes cobertas por cabeças de animais selvagens empalhadas, numa ode à caça e à taxidermia? Evidentemente estou a flertar com um *reductio ad absurdum* sem poder concluí-lo, no entanto, a radicalidade dos exemplos possui a mera finalidade de realizar uma aproximação sucessiva e empática ao nosso objeto. Vamos a ele.

Em 24 de julho de 2021, o grupo denominado *Revolução Periférica* — após um longo período de reflexão sobre um dos mais significativos objetos de memória coletiva expostos na sua cidade (Gaspar e Oliveira, 2021) — decidiu incendiar a estátua do Borba Gato, instalada no bairro do Santo Amaro, zona sul da cidade de São Paulo (Brasil). Trata-se de uma estátua de 10 metros de altura (13 metros com pedestal), com peso aproximado de 20 toneladas. Concebida pelo escultor Júlio Guerra, ela foi erigida com a sua coordenação criativa entre os anos de 1957 e 1963. Os materiais utilizados foram argamassa, pedras, trilhos de bonde e mármore oriunda de Portugal e do interior do Brasil (Costa, 2017). Mas e quanto ao homenageado, aquele que um dia já foi de carne e osso, Borba Gato?



Figura 1: O estatuar de Borba Gato. Fonte: Damasceno e Verpa (2021: 01)



Figura 2: A queima do Borba Gato pela Revolução Periférica. Fonte: Oliveira (2017: 01)



Figura 3: Incêndio na estátua de Borba Gato na zona sul de São Paulo em 24/7/2021
Fonte: Ramos, (2021: *online*)

Manuel de Borba Gato foi um conhecido bandeirante paulista, genro de Fernão Dias, também um bandeirante de importância histórica. Entre os anos de 1674 e 1681, Borba Gato participou de uma famosa bandeira liderada pelo seu sogro na busca por minerais considerados preciosos na região que atualmente configura-se como o estado de Minas Gerais. Após participar de um confronto que resultou na morte do

administrador-geral das minas, refugiou-se nos sertões por 16 anos. Recompensado pela descoberta de novas lavras auríferas em local que passou a ser chamado Minas de Sabará, Borba Gato não apenas foi perdoado pela coroa como recebeu a função de tenente-general (Taunay, 1975; 1981). Mas por que bandeirantes como Borba Gato, sujeitos de um grupo social que existiu entre os séculos XVI e XVIII — a época ainda denominados *sertanistas* —, seriam alvo de protestos de jovens periféricos paulistanos no século XXI? Neste artigo, pretendo abordar essa questão e outras mais.

Um dos caminhos para se compreender o fenômeno histórico da manutenção da celebração de agentes coloniais passa necessariamente pelo processo de independência colonial do Brasil. Diferentemente de outras colônias portuguesas, como é o caso das colônias em África, a independência brasileira ocorreu a partir de um acordo entre o império lusitano e as classes dominantes locais, formadas majoritariamente por descendentes da metrópole. Provavelmente isso contribuiu para a permanência incólume e criação porene de monumentos e homenagens públicas ao período colonial. Em Moçambique, por exemplo, onde o processo de libertação nacional ocorreu a partir de lutas anticoloniais protagonizadas por movimentos de inspiração marxista, diversas estátuas e monumentos que homenageavam a memória colonial foram retirados dos espaços públicos durante o período de libertação nacional (Castela, 2017).

Portanto, é dentro desse contexto histórico e sociopolítico de disputa pelas representações simbólicas dos objetos de memória coletiva expostos nos espaços públicos que outras questões podem ser formuladas. Por exemplo, exatamente em que ponto começa o direito dos segmentos oprimidos da sociedade em reivindicar o fim dos monumentos em homenagem aos agentes do escravismo e genocídio de povos indígenas e africanos? É sensato conceber que descendentes de indígenas e negros, conhecedores da sua história, continuem a sentir-se violentados com homenagens monumentais aos algozes dos seus antepassados, suntuosamente dispostas nos espaços públicos das cidades onde vivem? Em que momento termina o direito das atuais classes dominantes em materializar as suas representações coloniais em estátuas, monumentos e nomes de logradouros públicos? Estaríamos a lidar apenas com um mero anacronismo da história dos vencedores ou com o sadismo dos opressores? Sei, como veremos a seguir, que esse debate é antigo e não se esgotará neste artigo, no entanto, percebo no caso da queima da estátua do Borba Gato uma boa oportunidade para atualizarmos e aprofundarmos esse inafastável debate.

O eterno erguer e tombar de estátuas nos impérios e suas colônias

A história de estátuas em homenagem a lideranças políticas e personagens consideradas socialmente relevantes nos remete à antiguidade, especificamente ao império egípcio. A mais antiga estátua de um faraó já encontrada é dedicada a Djoser (*Netjerikhet*), datada de aproximadamente 2.600 anos atrás (Couto, 2008). Trata-se de uma estátua *ka*, definida pelos egiptólogos como uma categoria dedicada ao descanso pós-morte dos faraós. Os egípcios também parecem ter sido os criadores do ato de matar a memória materializada em estátuas. Uns dos mais antigos e conhecidos alvos desta prática foram os monumentos dedicados à memória de Djedefre, cuja pirâmide e estátuas foram danificadas ou destruídas por inimigos políticos (Clayton, 1994).

Milhares de anos depois os romanos também dedicariam consideráveis esforços sociais à cultura das estátuas. A profusão de estátuas construídas ao longo do império romano foi tanta que os termos “uma segunda população” e “floresta de esculturas” foram utilizados para expressar o espanto das gerações seguintes (Stewart, 2003 *apud* Silva, 2009: 699). Sabe-se que a importância ou abundância de determinado elemento para uma cultura muitas vezes resulta em ampla gama de palavras que sejam capazes de definir as distinções sutis que apenas as sociedades imersas em um ambiente específico são capazes de discernir. Os escoceses, por exemplo, possuem 421 palavras para descrever aquilo que para nós, lusófonos, basta a palavra “neve” (BBC, 2015). O mesmo parece valer para inferirmos a importância das estátuas nas sociedades greco-romanas. Dentre as dezenas de termos utilizados por essas culturas para definir os seus diversos tipos, podemos citar: “*kolossos (colossós), kouroj (couros), andriġj (andriás), ἄγαλμα (agalma), ekèn (eicon), εἰδῶλον (eidolon), xÒanon (xóanon), brštaj (brétas), statua, imago, simulacrum, effigies, species*” (Benveniste, 1932: 133; Price, 1987: 176-179; Vernant, 2002: 310-311; Stewart, 2003: 20 *apud* Silva, 2009: 700).

No entanto, da mesma forma que os egípcios, a cultura romana, tão dedicada à preservação da memória das suas principais lideranças políticas em forma de estátuas, foi a mesma que concebeu o *damnatio memoriae* (condenação da memória) — prática que buscava apagar a memória dos homenageados por meio da destruição dos objetos construídos com tal propósito. Nesta permanente disputa pela memória de Roma, grupos políticos revezavam-se nos papéis de construtores e destruidores dos monumentos de homenagem às suas lideranças políticas. Para além do *damnatio memoriae*, a historiografia também identificou casos de destruição das estátuas de imperadores motivadas por rebeliões populares, sempre reprimidas com brutal

violência. Um dos casos mais emblemáticos ocorreu na cidade de Antioquia, em 387, e ficou conhecido como *Levante das Estátuas*. Após o anúncio de um novo imposto instalou-se um clima de revolta popular contra o imperador Teodósio I que resultou, dentre outras coisas, na destruição das suas estátuas e de sua esposa, Élia Flacila (Silva, 2009).

Outro império que foi useiro e vezeiro nos atos de construir e destruir estátuas, o império britânico assistiu o seu parlamento determinar a decapitação, em ato de extrema fidelidade à vida real, da estátua do rei Carlos I, em 1650, um ano após a sua morte (Lawler, 2020). Em 1689 a estátua do rei Jaime II foi removida, arrastada pelas ruas e lançada ao rio Tyne, após uma revolta popular em Newcastle. Alguns anos depois, após o seu resgate, parte da estátua foi transformada em sinos paroquiais protestantes (Jaime II era católico e o conflito era de fundo religioso) (Lloyd, 2020). Para além de suas fronteiras, no decorrer das guerras movidas contra outras nações europeias imperialistas, os britânicos também eram empedernidos com os inimigos simbólicos. Foi assim que, ao conquistar territórios de África, invadidos pelos alemães e por eles denominados África Oriental Alemã, os ingleses levaram para Londres a estátua em homenagem ao governador colonial Hermann von Wissmann, como troféu a ser ostentado no Museu da Guerra. Restituída pelos ingleses aos alemães, à época da República de Weimar, foi colocada em frente à Universidade de Hamburgo. A estátua de Wissmann voltou a ser retirada do espaço público após intensas manifestações anticoloniais realizadas pelo movimento estudantil (Atuire, 2020). Recentemente, com o objetivo de provocar reflexões sobre o passado colonial da Alemanha, o Museu *Deutsches Historisches* decidiu — durante a exposição do “Memorial a Hermann von Wissmann” — expor a estátua tombada ao chão e marcada pelas pichações estudantis (Dhm-Blog, 2017).

Seguindo o fio histórico dos impérios, sempre com foco nas suas relações culturais com as estátuas, chegamos ao seu mais novo representante, o império estadunidense. Os exemplos trazidos aqui — anteriores ao BLM e para o qual dedicarei um capítulo específico — são interessantes para se compreender o papel das estátuas em dois momentos fundamentais da sua história: o primeiro, de emancipação em relação ao império inglês, no fim do século XVIII; e o segundo, enquanto agente imperialista contra os demais povos do mundo, no início do século XXI. Em 09 de julho de 1776, centenas de cidadãos novaiorquinos seguiram George Washington e sua tropa para acompanhar a leitura da declaração de independência que havia chegado da Filadélfia. Um grupo mais entusiasmado de cidadãos e soldados decidiram derrubar a estátua do

rei George III, que possuía duas toneladas de chumbo maciço dourado a ouro. Posteriormente, a maior parte desse chumbo foi enviada a Connecticut para ser derretida e transformada em 42.008 munições a serem utilizadas contra os ingleses (Lawler, 2020). Ao resgatar a cabeça da estátua em uma taverna, em novembro do mesmo ano, um oficial inglês assim justificou o seu envio de volta a Londres: “a fim de convencê-los em casa da disposição infame do povo ingrato deste país angustiado” (Hook, 2010: 53), tradução minha.

Mas, se os Estados Unidos da América encerraram o século XVIII derrubando estátuas imperiais britânicas como expressão simbólica do seu processo de independência nacional, no início do século XXI assistimos o agora império estadunidense promover a derrubada da estátua de Saddam Hussein como representação da sua expansão imperialista. Esse ato, também conhecido como “destruição da estátua da Praça Firdos”, que sob um olhar desatento pareceu um movimento espontâneo de populares iraquianos, protagonizado por Kadhim Sharif e sua marreta, ocorreu sob a coordenação do exército estadunidense, a partir de uma situação improvisada no campo de batalha sob as luzes da imprensa mundial hospedada no *Palestine Hotel*. Enfim, a queda do ditador de bronze, pelas mãos do seu próprio povo, inaugurava uma nova era de ouro democrática sob os auspícios do império estadunidense? Deixemos a avaliação histórica para o protagonista do ato. Passada uma década, Kadhim Sharif demonstrava-se arrependido da sua atuação nas cenas de hiper-realidade dirigidas pelos *marines* no palco mais privilegiado de Bagdá: “Agora, quando passo por aquela estátua, sinto dor e vergonha [...] Eu me pergunto: por que derrubei aquela estátua? [...] Saddam se foi, mas em seu lugar agora temos mil Saddam” (Tunzelmann, 2021: *online*).

Black Lives Matter, estátuas de escravagistas não

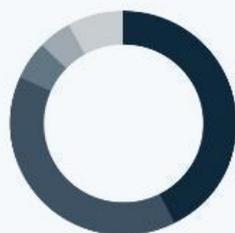
Foi justamente no seio do império estadunidense que o mundo voltou a assistir um novo e poderoso movimento de contestação e derrubada de estátuas. Esse fenômeno social, como vimos, tão antigo, teve nova ignição provocada não por questões sociais novas, mas pelo racismo estrutural que persiste entranhado nas vísceras dos pretensos pais da democracia moderna. No que recordou os “Distúrbios de Watts” (Nicolaidis, 2002) e os “Distúrbios de Los Angeles”, ocorridos em 1965 e 1992, o mundo voltou a assistir rebeliões populares no interior dos EUA — desta vez iniciada em Minneapolis, contagiando posteriormente diversos estados, inclusive com reverberações em outros países —, protagonizadas por multidões (que totalizaram algo entre 15 e 25 milhões de

peças) (The New York Times, 2021) revoltadas com os graves atos de violência policial cometidos por policiais contra um cidadão negro, novamente por motivo banal. George Floyd foi assassinado, na frente de populares, asfixiado por estrangulamento pelo policial Derek Chauvin com a cumplicidade dos policiais Thomas Lane, J. Alexander Kueng e Tou Thao. Uma das razões pelas quais o assassinato de Floyd provocou manifestações de tamanha magnitude é o fato de que foi filmado e divulgado nas redes sociais mundiais de computadores. O trágico vídeo, gravado por uma adolescente, foi cru em crueldade ao demonstrar o ímpeto assassino do policial ao ignorar as súplicas de Floyd e eternizar a frase: “não consigo respirar”.

As desesperadas palavras pronunciadas por Floyd alguns instantes antes de morrer estrangulado sobre o asfalto tornaram-se palavras de ordem nos protestos que tomaram as ruas em todo o mundo. Na maioria dos locais onde ocorreram as manifestações foram pacíficas e consistiram em passeatas nas quais as pessoas portavam cartazes e faixas. No entanto, em manifestações mais inflamadas não bastaram tais atitudes. De maneira similar ao que ocorreu em Los Angeles em 1965 e 1992, foram depredados e incendiados prédios privados e públicos, incluindo delegacias de polícia. As estátuas de “heróis confederados” se tornaram um dos alvos da fúria popular. As praças e demais espaços públicos que abrigavam alguns desses monumentos foram adotados como palcos principais do BLM. Estudos recentes, promovidos pela *Southern Poverty Law Center* (Buchholz, 2021), demonstram um incremento substancial na retirada de monumentos que simbolizam homenagens às lideranças políticas confederadas após os atos BLM. Tal fato decorre da associação cultural e histórica entre os estados do sul e o escravagismo legalizado, superado apenas com a derrota daqueles estados na *guerra da secessão*, em 1865, e garantida pela *reconstrução*, que perdurou até 1877 (Losurdo, 2017).

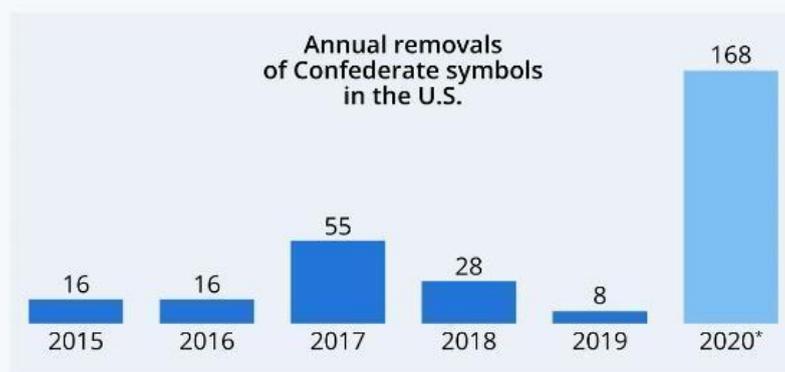
2020 Sees Record Removal of Confederate Symbols

Make-up of public Confederate symbols in the U.S. as of Dec 2020* and number of annual removals



- 698 Monuments
- 640 Highway/road names
- 91 School/college names
- 79 County/city names
- 129 Others

1,637 Total



* preliminary 2020 removals
Source: Southern Poverty Law Center



statista

Figura 4: Estatística de remoção de símbolos confederados nos EUA
Fonte: Buchholz (2021: 01)

A estátua do general confederado Robert Lee que, antes dos desdobramentos provocados pelo BLM, projetava-se imponente em Charlottesville (Virgínia) é especialmente emblemática. Alguns anos antes dos eventos BLM, mais precisamente em 2017, grupos de supremacistas brancos marcharam em defesa da estátua do general confederado, cuja remoção estava a ser avaliada pelo conselho municipal, em atos que ficaram conhecidos como *unite the right rally*. Portando bandeiras confederadas, suásticas e símbolos da Ku Klux Klan, supremacistas brancos protagonizaram cenas assustadoramente fiéis aos tempos em que vigorava toda sorte de violência racista normatizada pelas leis *Jim Crow*, como uma marcha noturna iluminada por tochas e assombrada por palavras de ordem criadas pela KKK. Em resposta, manifestantes

antirracistas e antifascistas mobilizaram-se em atos que resultaram em confrontos físicos. Muitas pessoas ficaram feridas durante os embates, porém o caso mais grave foi o atropelamento proposital de dezenas de manifestantes antifascistas e antirracistas, provocado por um supremacista branco, e que causou graves ferimentos em diversas pessoas e a morte de Heather Heyer, de apenas 32 anos. Esses trágicos acontecimentos levaram à suspensão do processo que avaliava a remoção da estátua de Robert Lee, mas não por muito tempo, uma vez que os protestos populares exigindo a sua remoção recrudesceram com os eventos BLM. Após decisão favorável da suprema corte da Virgínia e sob os aplausos de manifestantes, desta vez na ausência dos supremacistas brancos, a estátua de Robert Lee foi retirada em setembro de 2021 e, em dezembro do mesmo ano, destinada ao *Jefferson School African American Heritage Center*, que venceu a licitação com a proposta — intitulada *Swords Into Plowshares* — de derretê-la e transformá-la em uma obra de arte dedicada a homenagear a justiça social (The New York Times, 2021). Uma interpretação possível sobre as tendências históricas deste atribulado processo social é a de que os estadunidenses demoliram mais alguns pedaços do monumental racismo estrutural que fissura aquele país.

O caso Borba Gato e revolução periférica: o encontro tardio de um confronto atual

Até o dia 24 de julho de 2021 não consigo encontrar qualquer traço de recordação na minha memória sobre a estátua do Borba Gato — possivelmente por não ser morador de São Paulo —, mas posso afirmar com absoluta certeza que a partir dessa data jamais poderei esquecê-la. Reflexão muito semelhante pode ser feita por uma parte significativa da população brasileira. A data escolhida pelos militantes da *Revolução Periférica* coincidiu, não por coincidência, com um dos protestos nacionais realizados naquele ano contra o governo Bolsonaro. Enquanto setenta mil manifestantes concentravam-se na Avenida Paulista sob a organização de movimentos sociais, centrais sindicais e partidos políticos de esquerda, algumas poucas dezenas de jovens oriundos de favelas decidiram variar o cardápio paulistano de mobilizações de rua. Tão logo a coluna negra subiu aos céus de São Paulo, os olhos de todo o Brasil voltaram-se da Paulista para Santo Amaro e as especulações começaram. Quem teria concebido e executado tal ato, tão atípico aos padrões brasileiros de manifestação de rua? Qual a sua real motivação?

Durante os dias que precederam a assunção pelos membros da *Revolução Periférica* — grupo até então desconhecido — muitas previsões de autoria foram feitas,

principalmente pelos meios de comunicação digitais progressistas, mas nenhuma delas foi precisa. Um dos fatos a ser destacado é que a queima do Borba Gato não incomodou apenas a quem esperava-se incomodar, o espectro político de direita da sociedade. Para o espanto e frustração de muitos, inclusive dos autores do ato, os canais de mídia progressistas e seu conjunto de analistas políticos posicionaram-se majoritariamente contra o ato. Alguns deles especularam tratar-se de ação promovida por infiltrados com o objetivo de açular a repressão política e policial contra os manifestantes de esquerda; outros o associaram às *jornadas de junho de 2013*, que iniciaram como manifestações de esquerda, estigmatizadas pela atuação dos *black blocs*, e que posteriormente foram capturadas por manifestantes de direita e extrema-direita (Jugend, 2021). Apenas no dia 28 de julho a identidade dos organizadores do evento seria revelada, quando os ativistas Paulo “Galo” Lima e Danilo “Biu” Oliveira se apresentaram à polícia civil de São Paulo. Nada de infiltrados ou *black blocs*, jovens favelados assumiram o ato de protesto mais impactante de 2021. E, ao contrário do que especularam muitos analistas, não se tratou de um arroubo pueril de “rebeldes sem causa”. As entrevistas concedidas por eles antes e após as prisões decretadas revelam uma clara consciência política sobre os objetivos pretendidos e alcançados com a queima do Borba Gato:

O ato que foi feito no Borba Gato ele foi pra abrir um debate, em nenhum momento aquele ato foi feito pra machucar alguém, ou querer causar pânico na sociedade. Aquele ato foi feito pra abrir um debate e o debate foi aberto. Àqueles que dizem que tem que fazer pela via democrática a gente buscou fazer isso, abrir o debate pra que esse debate ocorra e as pessoas agora possam decidir se eles querem uma estátua de treze metros de altura que homenageia um genocida, um abusador de mulheres, certo? Paulo Galo (Barreto Filho, 2021: 01).

A interpretação histórica que Galo faz sobre a figura de Borba Gato está alinhada aos historiadores que possuem uma leitura crítica sobre o processo colonial brasileiro (Horta, 2021), no qual os bandeirantes paulistas possuem protagonismo, ao mesmo tempo em que destoa da historiografia oficial adotada pelas classes dominantes paulistas (Taunay, 1975). Independentemente de fundamentações ideológicas distintas, pode-se afirmar que os bandeirantes desempenharam três funções essenciais no processo colonial português: a busca por minerais considerados valiosos, o sequestro e escravização de indígenas, o extermínio de povos indígenas considerados “indomáveis” e de quilombos formados por africanos e afrodescendentes escravizados. Como não

pertenciam oficialmente ao Estado português, os bandeirantes atuavam como forças milicianas, ora com autonomia de atuação dos seus líderes e ora sob as ordens da coroa portuguesa. A partir do século XVIII a figura histórica dos bandeirantes passou por um processo de ressignificação promovido pelos paulistas pertencentes às classes dominantes e chegou ao século XX como símbolo da representação histórica idealizada pela burguesia, que projetou neles a sua autoimagem de sociedade centrada na busca de riqueza pessoal, uma versão pós-pindorâmica do *self made man* (Waldman, 2019).

Em contrapartida, nota-se que quando é oportunizada às camadas empobrecidas daquela sociedade conhecerem a história dos bandeirantes é possível compreender as relações históricas estabelecidas pelos membros da *Revolução Periférica* que motivaram a queima da estátua de Borba Gato. Evidentemente esse parece ser o caso do Paulo Galo. Nascido e criado na periferia de São Paulo, Galo foi influenciado politicamente pelo rap paulistano e por livros como *Raízes Negras* (Alex Haley) e sobre a história dos Panteras Negras e Malcolm X (The Intercept Brasil, 2021). Tornou-se nacionalmente conhecido pela sua liderança no movimento dos *motoboys* que realizou os primeiros protestos por melhores condições de trabalho contra empresas de aplicativos como Ifood e Rappi, iniciados em 2020. No entanto, se naquele ano — com a liderança das paralisações de motoqueiros entregadores de aplicativos, grupo que ficou conhecido como *entregadores anti-fascistas* e foi recebido com unânime entusiasmo pelos movimentos sociais, mídias progressistas e partidos de esquerda — Galo tornou-se uma figura nacionalmente conhecida e passou a ser citado por renomados intelectuais, como o professor Boaventura de Sousa Santos (2021), a queima do Borba Gato o transformou num sujeito mais polêmico e complexo perante os analistas políticos do campo progressista. A entrevista que Paulo Galo e Danilo Biu concederam ao portal jornalístico Elástica (Gaspar e Oliveira, 2021) revela com riqueza de detalhes as ideias, ideais e ideários que motivam e mobilizam a sua práxis política.

Uma das constatações que podem ser feitas a partir dessa leitura refere-se à influência do BLM. Na entrevista, eles expressam um sentimento de inconformismo com o fato de que parte significativa do mesmo espectro sociopolítico da esquerda brasileira que entrou em êxtase com a explosão social que ocorreu nos Estados Unidos após o assassinato de Floyd é a mesma que rechaçou a queima de Borba Gato. Vejamos a opinião de Biu: “Muita gente que apoiou o Black Lives Matter, que achou a causa justa, foi contra quando rolou a ação no Borba Gato – inclusive progressistas, do nosso campo” (Gaspar e Oliveira, 2021: 01).

O tema foi objeto de intenso debate entre historiadores brasileiros, que se posicionaram em linhas de divergência muito similares às encontradas em outros países. Enquanto alguns historiadores e jornalistas especializados em história, como Laurentino Gomes e Eduardo Bueno (Buenas Ideias, 2020), repudiaram o ato por o entenderem como uma tentativa irrefletida de se apagar a história, outros, como Breno Altman (Opera Mundi, 2021) e Fernando Horta (2021), o defenderam e, quando mais generosos, sugeriram a transferência de estátuas como a de Borba Gato para museus interessados em expô-las em ambientes historicamente mediados. A opinião de Laurentino Gomes, autor da trilogia *Escravidão* que se tornou um *best seller*, será importante para a nossa análise:

Eu me manifestei contra [a derrubada da estátua]. Não porque goste do Borba Gato, que aliás é horrível, uma das coisas mais feias do Brasil. Mas sou contra essa coisa feita de forma impulsiva. O Brasil é um país que protege muito pouco seu patrimônio histórico, artístico e cultural. Se a gente permitir que um grupo de garotos insuflados pelas redes sociais derrubem estátuas de forma arbitrária, poderemos estar estimulando o vandalismo. (Cultura, 2021: 01)

Apesar da suposta natureza impulsiva e insuflada do ato, relatada por Laurentino Gomes poucas horas após a sua execução, tanto os depoimentos quanto as entrevistas prestadas por Galo e Bilu demonstram o contrário. Há meses a Revolução Periférica planejava uma possível intervenção, que incluía arrecadação de fundos via redes sociais, e a queima do Borba Gato não foi a primeira ideia do coletivo, como relata Bilu:

Precisava de algo impactante, que chamasse atenção. Tivemos a ideia de colocar lambe-lambe nos pontos de ônibus, que é onde está nossa mãe, nosso pai, nossos tios. Eles vão ver [nos lambes] quem é o Borba Gato. Isso vai instigar a curiosidade. E a curiosidade traz o conhecimento. Se você for curioso, vai no Google e em três linhas você já vê quem é o Borba Gato. E entendendo quem defende ele, você sabe que não corre com você, mano. (Gaspar e Oliveira, 2021: 01)

Em uma das postagens publicada em uma rede social utilizada pelo grupo é possível assistir a um vídeo de divulgação sobre as ações de colagem de lambe-lambe em locais considerados estratégicos na cidade de São Paulo (Revolução Periférica, 2021). No entanto, os ativistas consideraram os resultados produzidos pelo lambe-lambe excessivamente tímidos. Foi então que o Galo ousou na proposta e sugeriu a queima da estátua do Borba Gato. Os enunciados contidos na sua explicação sobre a motivação do ato são reveladores de significados:

Eu não quero passar todo dia por Santo Amaro e ver aquele cara ali, me ameaçando com uma carabina. Isso porque eu sei o que é. Agora, imagina a Dona Maria – mulher preta, mãe solteira, 67 anos de idade – passando debaixo daquela estátua todo dia pra ir atender aos herdeiros do Borba Gato. Você acha que aquilo não faz ela se sentir mal? Mesmo não entendendo a situação: é um homem, loiro, de olho azul com uma carabina na mão, com 13 metros de altura, mano! Não precisa comunicar mais que isso, não precisa nem explicar o que é. Já está dito. [...]

Se tivesse uma estátua de 13 metros do Hitler na Alemanha e o povo judeu fosse lá derrubar aquela estátua, não ia ter um ser humano no mundo pra dizer que os judeus estão errados. Agora, se é pobre, se é preto, se é indígena, não pode? Nós somos um povo também, mano. Não nascemos de uma jaca. (Gaspar e Oliveira, 2021: 01)

Os sentidos que transbordam dos seus enunciados têm o poder de provocar reflexões profundas, assim como dialogam com conceitos sociológicos muito apropriados à compreensão desses fenômenos. O conceito das *linhas abissais* desenvolvido por Santos (2010) busca demonstrar como situações de violência social são normalizadas no lado em que vigoram a *apropriação/violência*, onde vivem os povos colonizados, e que são inconcebíveis para os povos metropolitanos, o lado onde prevalece a dicotomia *regulação/emancipação*: sim, uma estátua de Hitler seria inadmissível tanto em Israel quanto na Alemanha. Galo e Biu têm plena consciência sobre para qual lado da *linha abissal* os seus foram empurrados e ali são mantidos, sempre a partir da exploração e agressão. Os efeitos das *linhas abissais* não se restringem ao assombro espectral de memórias violentas, atuam impiedosamente sobre aqueles que ousam confrontá-las. A ruptura com as “concepções de direito e de hierarquias de lugares e privilégios sociais” que emergiu na prática de uma *cidadania insurgente* com a queima da estátua do Borba Gato, resultou em “*fortes reações*” do poder estatal (Holston, 2013: 71).

Ao se apresentar à delegacia de polícia para assumir a coordenação do ato, no dia 28 de julho de 2021, juntamente com Biu, Galo teve a sua prisão temporária decretada. Apesar de não ter participado de qualquer ação relacionada à queima da estátua, Géssica Barbosa, sua esposa, também foi presa — a filha de três anos do casal, na ausência dos pais, precisou ficar sob os cuidados de uma avó de 70 anos —, simplesmente porque o marido teria usado o seu aparelho de telefone para realizar articulações relacionadas ao ato. Dois dias depois Géssica teve a sua prisão revogada,

após intensa mobilização de movimentos sociais e entidades de defesa dos direitos humanos. No entanto, Galo permaneceu preso até o dia 10 de agosto de 2021, após manobras judiciais que o mantiveram encarcerado mesmo com a concessão de um *habeas corpus* cinco dias antes. Em 18 de dezembro de 2022 ele foi condenado em primeira instância a mais de três anos de reclusão, no entanto a pena foi substituída pela obrigação de prestar serviços à comunidade. Em entrevista realizada em 11 de janeiro de 2022, Galo foi perguntado se valeu a pena: “valeu demais, mano! Valeu uma vida!” (Moreira, 2021). Como podemos apreender em diversos momentos da sua fala, o ato da queima do Borba Gato representa na vida de Paulo Galo muito mais que uma simples manifestação política:

Eu não faço política, faço arte. Eu não tenho discurso, tenho flow. Pra mim, arte e política é como raça e classe, favela e cadeia [...] não se dissocia. Claro que a gente estava fazendo arte ali. E arte da melhor qualidade. Arte que o Kanye West e o Banksy nunca vão conseguir fazer. É a arte que só a gente e os pixadores conseguem, que é a de doar a própria vida pra expor a arte.[...]

Mano, um dos movimentos que eu acho mais cabulosos é a pixação. O moleque tem lá seus 16, 17, 18 anos e arrisca a vida pra subir no prédio mais alto de São Paulo e deixar a marca dele toda pontiaguda lá. Basicamente, ele tá gritando: ‘Ei, São Paulo! Nós existe, nós tá aqui!’ Aí, vocês querem que a gente faça isso com flores?! Sendo que os caras vão na favela bater em você, te zuar, te humilhar, te maltratar. É esgoto a céu aberto, é fome, é sarna, é doença, é covid, num sei quê. Você dá um tapa na minha cara, eu vou atrás pra dar um tapa na sua cara também. Dizer ‘eu existo’ é arte política, arte da sobrevivência. (Gaspar e Oliveira, 2021: 01)

Em algumas entrevistas Galo declarou que o rap foi o responsável pela sua formação cultural e política, e muitas vezes utilizou trechos de canções para sonorizar as suas ideias. Em uma dessas oportunidades, ao tentar explicar como se sentia por ter desistido do sonho de uma carreira como rapper, e como, ao mesmo tempo, essa influência cultural foi determinante para a compreensão sobre o seu papel de agente político, lembrou um dos versos de Mano Brown: “o protesto é show”. Neste ponto, a sua agência política e artística dialoga com os elementos de outras manifestações culturais urbanas como o grafite e a pichação (Caldeira, 2012), sendo, no caso Borba Gato, ética e esteticamente, de forma consciente para o próprio autor, muito próxima das intervenções dos pichadores.

Inconclusão do erigir histórico da memória coletiva

Como podemos perceber, o caso da queima da estátua do Borba Gato pela *Revolução Periférica* pode ser compreendido dentro de um contexto histórico, social, político e cultural, que vai desde a antiguidade, passando obrigatoriamente pelo período colonial, até a contemporaneidade, marcada indelevelmente pelo colonialismo. Analisar e explicitar o ato a partir desses pressupostos é fundamental para aprofundarmos o debate sobre a legitimidade dos objetos de memória expostos nos espaços públicos, assim como o direito de segmentos sociais em questioná-los. E nesse caso específico, tal como foi concebido e planejado pelos autores da manifestação, o aprofundamento e ampliação do debate nacional sobre os monumentos, estátuas e nomes de logradouros públicos, adquiriu novas perspectivas e agências políticas e sociais. Esse fato foi reiteradamente lembrado pelos autores: “o debate está aberto”.

Essa análise da situação concreta nos permite superar algumas análises equivocadas e estigmatizações que se sucederam após a queima do Borba Gato. Não se tratou de arroubo juvenil desprovido de intenção política claramente definida, muito menos de mera intenção em apagar a memória coletiva da sociedade brasileira. Subsidiados por diversos elementos históricos, conceitos sociológicos e referências culturais sobre questões de raça e classe, o grupo demonstrou com precisão os objetivos do ato: afrontar, pelos meios que entenderam possíveis, as formas de escolha das classes dominantes de erigir e manter estátuas em homenagem aos que eles consideram símbolos do patriarcado, escravagismo e genocídio dos povos colonizados, dos quais se consideram descendentes.

Irei aproveitar a evidente e permanente inconclusão do processo histórico que conduz o fenômeno social do erguer e tombar de estátuas para encerrar este artigo por meio de uma inconclusão, pois entendo que as perguntas que irei refazer, apenas e tão somente, devem ser respondidas pelo conjunto das sociedades humanas, a partir de uma profunda reflexão sobre os objetos de memória coletiva expostos em ambientes públicos. E, ao respeitar o debate proposto pela *Revolução Periférica*, o farei a partir do contexto brasileiro. Onde começa o direito dos segmentos oprimidos da sociedade em reivindicar o fim dos monumentos em homenagem aos agentes do escravismo e genocídio de povos indígenas, africanos e afrodescendentes? É sensato conceber que descendentes de indígenas e negros escravizados, conhecedores da sua história, continuem a sentir-se violentados com homenagens monumentais aos algozes dos seus antepassados, suntuosamente espalhadas pelas cidades onde vivem? Onde termina o

Damasceno, Victoria; Verpa, Danilo (2021). “Estátua do bandeirante Borba Gato é incendiada em São Paulo”. *Folha de São Paulo*. Consultado em 31.01.2022, em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/07/estatua-do-bandeirante-borba-gato-e-encendiada-em-sao-paulo.shtml>.

Dhm-Blog. Deutsches Historisches Museum (2017), *Memorial to Hermann Von Wissman*. Consultado em 31.01.2022, em <https://www.dhm.de/blog/2017/04/20/memorial-to-hermann-von-wissmann/>.

Gaspar, Gabriel Rocha; Oliveira, Vanessa (2021), “Fogo nos racistas”, *Elástica*. Consultado em: 31.01.2022, em <https://elastica.abril.com.br/especiais/paulo-galo-borba-gato-fogo-ativismo-danilo-biu/>.

Gutierrez, Maria Duarte (2016). Memória e identidade através dos objetos: o caso da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. Consultado em: 31.01.2022, em <https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Mem%C3%B3ria-e-Identidade-atrav%C3%A9s-dos-objetos-1.pdf>.

Holston, James (2013), *Cidadania insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Hook, Holger (2010), *Empires of the imagination: Politics, war, and the arts in the british world, 1750-1850*. London: Profile Books.

Horta, Fernando (2021), *Para que serve uma estátua?* Consultado em 31.01.2022, em <https://jornalggm.com.br/destaque-secundario/para-que-serve-uma-estatua-por-fernando-horta>.

Jugend, Marcelo (2021), *O que você pensa que você pensa, não é você quem pensa*. Curitiba: MouraSA.

Lawler, Andrew (2020), “Pulling down statues? It’s a tradition that dates back to U.S. Independence”. *National Geographic*. Consultado em 31.01.2022, em <https://www.nationalgeographic.com/history/article/pulling-down-statues-tradition-dates-back-united-states-independence>.

Lloyd, Chris (2020), “An unpopular statue plucked and ducked in Newcastle in 1689”. *The Northern Echo*. Consultado em 31.01.2022, em <https://www.thenorthernecho.co.uk/opinion/columnists/18511282.unpopular-statue-plucked-ducked-newcastle-1689/>.

Losurdo, Domenico (2017), *Guerra e revolução: o mundo um século após outubro de 1917*. Tradução de Ana Maria Chiarini e Diego Silveira Coelho Ferreira. São Paulo: Boitempo.

Moreira, Eduardo (2021), “Alô, Helô – O rap e o antifascismo. Live com Paulo Galo e Heloisa Villela”, *YouTube*. Consultado em 31.01.2022, em <https://www.youtube.com/watch?v=WbthiNWiYXw&t=76s>.

Nicolaidis, Becky M. (2002), *My Blue heaven. Life and Politics in the working-class suburbs of Los Angeles, 1920-1965*. Chicago: The University of Chicago Press.

Oliveira, Abrahão de (2017), “A estátua de Santo Amaro – O Borba Gato”, *São Paulo in Foco*. Consultado em 31.01.2022, em <https://www.saopauloinfoco.com.br/borba-gato/>.

Opera Mundi (2021), “Breno Altman: Borba Gato era um miliciano do colonialismo português”, *UOL*. Consultada em 31.01.2022, em <https://operamundi.uol.com.br/20-minutos/70805/breno-altman-borba-gato-era-um-miliciano-do-colonialismo-portugues>.

Ramos, Beatriz Drague (2021), *Fogo no Borba Gato ‘é uma resposta da sociedade a uma indignação coletiva’, diz Erica Malunguinho*. Consultada em 31.01.2022, em <https://ponte.org/fogo-no-borba-gato-e-uma-resposta-da-sociedade-a-uma-indignacao-coletiva-diz-erica-malunguinho/>.

Revolução Periférica (2021), “Você sabe quem foi Borba Gato?”, *Instagram*. Consultado em 31.01.2022, em <https://www.instagram.com/p/CRrGqeOn8q3/>.

Santos, Boaventura de Sousa (2010), *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. Montevideo: Trilce.

Santos, Boaventura de Sousa (2021), *É possível um mundo sem prisões?* Consultada em 31.01.2022, em <https://alice.ces.uc.pt/?lang=4&id=34592>.

Silva, Érica Cristhyane Morais da (2009), *A importância político-cultural do Levante das Estátuas nas Homilias sobre as Estátuas de João Crisóstomo*. Consultada em 31.01.2022, em <https://www.scielo.br/j/his/a/3jMfWL7txmQW9SH934m7mNj/?lang=pt&format=pdf>.

Taunay, Affonso de E. (1975), *História dos bandeirantes paulistas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

Taunay, Affonso de E. (1981), *Relatos sertanistas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

The Intercept Brasil (2021), “Dos entregadores antifascistas ao fogo no Borba Gato, Paulo Galo quer criar a fâsca da revolução”, *YouTube*. Consultada em 31.01.2022, em <https://www.youtube.com/watch?v=FN4SLdxYp3Y&t=697shttps://www.youtube.com/watch?v=FN4SLdxYp3Y&t=697s>.

The New York Times (2021), *Charlottesville’s statue of Robert E. Lee Will Be Melted Down*. Consultada em 31.01.2022, em <https://www.nytimes.com/2021/12/07/us/robert-e-lee-statue-melt-charlottesville.html>.

Tunzelmann, Alex von (2021), *The toppling of Saddam’s statue: how the US military made a myth*. Londres: The Guardian. Consultada em 31.01.2022, em <https://www.theguardian.com/world/2021/jul/08/toppling-saddam-husseini-statue-iraq-us-victory-myth>.

Waldman, Thais Chang (2019), “Os bandeirantes ainda estão entre nós: reencarnações entre tempos, espaços e imagens”, *Ponto Urbe*. Consultada em 31.01.2022, em <https://journals.openedition.org/pontourbe/7346>.